



Simulado Especial

TRT SP

Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça
Avaliador Federal - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRT-SP (AJAJ - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário – Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal do TRT-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/QPYJC2qCNqTeEhdU6>

01 - A B C D E	13 - A B C D E	25 - A B C D E	37 - A B C D E	49 - A B C D E
02 - A B C D E	14 - A B C D E	26 - A B C D E	38 - A B C D E	50 - A B C D E
03 - A B C D E	15 - A B C D E	27 - A B C D E	39 - A B C D E	51 - A B C D E
04 - A B C D E	16 - A B C D E	28 - A B C D E	40 - A B C D E	52 - A B C D E
05 - A B C D E	17 - A B C D E	29 - A B C D E	41 - A B C D E	53 - A B C D E
06 - A B C D E	18 - A B C D E	30 - A B C D E	42 - A B C D E	54 - A B C D E
07 - A B C D E	19 - A B C D E	31 - A B C D E	43 - A B C D E	55 - A B C D E
08 - A B C D E	20 - A B C D E	32 - A B C D E	44 - A B C D E	56 - A B C D E
09 - A B C D E	21 - A B C D E	33 - A B C D E	45 - A B C D E	57 - A B C D E
10 - A B C D E	22 - A B C D E	34 - A B C D E	46 - A B C D E	58 - A B C D E
11 - A B C D E	23 - A B C D E	35 - A B C D E	47 - A B C D E	59 - A B C D E
12 - A B C D E	24 - A B C D E	36 - A B C D E	48 - A B C D E	60 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/hPi5>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrício Dutra*

Foi numa festa de família, dessas de fim de ano. Já que o bisavô estava morre não morre, decidiram tirar uma fotografia de toda a família reunida, talvez pela última vez.

A bisa e o bisa sentados, filhos, filhas, noras, genros e netos em volta, bisnetos na frente, esparramados pelo chão. Castelo, o dono da câmara, comandou a pose, depois tirou o olho do visor e ofereceu a câmara a quem ia tirar a fotografia. Mas quem ia tirar a fotografia? – Tira você mesmo, ué. – Ah, é? E eu não saio na foto?

O Castelo era o genro mais velho. O primeiro genro. O que sustentava os velhos. Tinha que estar na fotografia. – Tiro eu – disse o marido da Bitinha. – Você fica aqui – comandou a Bitinha. Havia uma certa resistência ao marido da Bitinha na família. A Bitinha, orgulhosa, insistia para que o marido reagisse. "Não deixa eles te humilharem, Mário Cesar", dizia sempre. O Mário Cesar ficou firme onde estava, do lado da mulher.

A própria Bitinha fez a sugestão maldosa: – Acho que quem deve tirar é o Dudu... O Dudu era o filho mais novo de Andradina, uma das noras, casada com o Luiz Olavo. Havia a suspeita, nunca claramente anunciada, de que não fosse filho do Luiz Olavo. O Dudu se prontificou a tirar a fotografia, mas a Andradina segurou o filho. – Só faltava essa, o Dudu não sair.

E agora? – Pô, Castelo. Você disse que essa câmara só faltava falar. E não tem nem timer! O Castelo impávido. Tinham ciúmes dele. Porque ele tinha um Santana do ano. Porque comprara a câmara num duty free da Europa. Aliás, o apelido dele entre os outros era "Dutifri", mas ele não sabia.

– Revezamento - sugeriu alguém. – Cada genro bate uma foto em que ele não aparece, e... A ideia foi sepultada em protestos. Tinha que ser toda a família reunida em volta da bisa. Foi quando o próprio bisa se ergueu, caminhou decididamente até o Castelo e arrancou a câmara da sua mão. – Dá aqui. – Mas seu Domício... – Vai pra lá e fica quieto. – Papai, o senhor tem que sair na foto. Senão não tem sentido! – Eu fico implícito - disse o velho, já com o olho no visor. E antes

que houvesse mais protestos, acionou a câmara, tirou a foto e foi dormir.

L.F. Veríssimo

1. De todas as relações interpessoais tradicionalmente presentes em uma família, no texto acima somente não se pode perceber:

- a) rivalidades disfarçadas
- b) indiferença com pessoas mais velhas
- c) tensões veladas
- d) hierarquias afetivas
- e) cenas triviais

2. Após a leitura atenta do texto, é possível inferir:

- a) um retrato do autoritarismo e das tensões escondidas sob a fachada de harmonia familiar.
- b) a vontade do velho bisavô de demonstrar que tem as rédeas da família.
- c) uma crítica à falsidade nas relações familiares.
- d) indiferença do bisavô com a família.
- e) a fragilidade dos laços humanos, com a pouca importância que é dada à morte iminente do velho.

3. *Mas quem ia tirar a fotografia?*

A forma verbal acima, transposta para a voz passiva, ficaria correta da seguinte forma:

- a) foi tirada
- b) ia tirada
- c) seria tirado
- d) teria tirado
- e) ia ser tirada

4. Assinale a opção em que o elemento ‘que’ serve para retomar expressão anterior.

- a) Já que o bisavô estava morre não morre
- b) Tinha que estar na fotografia.
- c) Acho que quem deve tirar é o Dudu...
- d) O que sustentava os velhos.
- e) Havia a suspeita, nunca claramente anunciada, de que não fosse filho do Luiz Olavo.

5. ‘– Ah, é? E eu não saio na foto?’.

Se a frase acima fosse transposta para o discurso indireto, teríamos coerentemente a seguinte frase:

- a) Ele perguntou quando sairia na foto.
- b) Ele perguntou se ele não sairá na foto.
- c) Ele perguntou se ele não sairia na foto.
- d) Ele perguntou quando ele sai na foto.
- e) Ele perguntou se ele não saiu na foto.

6. Assinale a frase que apresenta total respeito às normas de concordância.

a) No seio da família, onde se esperariam a transparência dos afetos, frequentemente germina a falsidade sutil, disfarçada de cortesia e de sorrisos convenientes.

b) A falsidade familiar, ainda que encoberta por rituais de união e afeto, manifesta-se nos silêncios calculados, nas deferências fingidas e nas pequenas disputas de prestígio que transformam o lar em um delicado teatro de dissimulações.

c) Os jogos de poder, a vaidade pueril e as tensões latentes corroem silenciosamente o ideal romântico da família, enquanto o bisavô, em seu gesto silencioso de desprendimento, revelam ser o único a compreender a verdadeira grandeza da presença implícita.

d) O ato singelo do velho, que se ausenta da foto para preservar a unidade familiar, erguem-se como gesto final de lucidez em um ambiente de disfarçada hostilidade.

e) Na efemeride dos encontros familiares, pequenas disputas de vaidade entre o cerne de uma família tradicional revela as fissuras ocultas sob a aparência de harmonia.

7. Está totalmente adequada a pontuação em:

- a) Respeitar os mais velhos, é honrar a memória viva da humanidade, reconhecendo neles a sabedoria acumulada pelo tempo e o testemunho silencioso das gerações que nos precederam.
- b) Na reverência aos mais velhos manifesta-se a nobreza de espírito daqueles que compreendem que a experiência e a memória são alicerces indispensáveis para a construção do futuro.
- c) Ignorar os anciãos é recusar as lições do tempo; respeitá-los ao contrário, é cultivar a humildade de quem sabe que a maturidade humana se edifica sobre os alicerces da experiência.
- d) A dignidade de uma sociedade mede-se também pela maneira como trata seus idosos, pois em cada ruga repousa uma história e em cada passo lento ecoa a grandeza de uma vida percorrida.
- e) O respeito aos mais velhos é o tributo silencioso que prestamos àqueles que, com suas dores e conquistas pavimentaram o caminho que hoje trilhamos com menos incertezas.

8. E antes que houvesse mais protestos, acionou a câmara, tirou a foto e foi dormir.

Assinale a opção em que o termo destacado abaixo exerce a mesma função que o elemento sublinhado acima:

- a) Mas quem ia tirar a fotografia?
- b) Acho que quem deve tirar é o Dudu...
- c) O Dudu se prontificou a tirar a fotografia.
- d) Eu fico implícito - disse o velho.
- e) Havia uma certa resistência ao marido da Bitinha na família.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

9. Em São Paulo, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; Master SP (M), Nano Tech (N) e Primer SP (P). Os resultados mostraram que:

- 420 pessoas gostam da rave M.
- 420 pessoas gostam da rave N.
- 500 pessoas gostam da rave P.
- 40 pessoas gostam das três raves.
- 200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.
- 120 pessoas gostam das raves M e N.
- 140 pessoas gostam das raves M e P
- 100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que responderam a pesquisa foi igual a:

- a) 1500
- b) 1.140
- c) 1220
- d) 1260
- e) 1120

10. Dentre os colaboradores que recebem mais de R\$ 4.000,00, qual o percentual dos que recebem menos de R\$ 5.000,00.

- a) 70%
- b) 50%
- c) 90%
- d) 30%
- e) 40%

11. Sabendo-se que no próximo mês está previsto um aumento de 20% em todos os salários pagos, e que não haverá admissão de novos colaboradores, tampouco, demissão, assinale a alternativa que contém a soma da média aritmética simples, da mediana e da moda dos salários que essa instituição pagará aos seus colaboradores, após o aumento previsto:

- a) R\$ 14.520,00
- b) R\$ 14.400,00
- c) R\$ 14.360,00
- d) R\$ 14.240,00
- e) R\$ 14.000,00

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA*Géssica Ehle*

12. No que diz respeito ao atendimento prioritário, nos termos da Lei n. 10.048/00, os membros do grupo prioritário indicado terão atendimento antes das demais pessoas. Quanto aos membros do grupo, todos serão atendidos em igualdade de condições, à exceção de um, assinale-o:

- a) pessoas com transtorno do espectro autista
- b) pessoas idosas com menos de 65 (sessenta e cinco) anos
- c) lactantes
- d) obesos
- e) doadores de sangue

13. Quanto ao Símbolo Internacional de Surdez, de acordo com a Lei n. 8.160/1991, analise as assertivas a seguir.

I. É obrigatória sua colocação, de forma visível, em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência auditiva, bem como em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.

II. Admite-se a reprodução do Símbolo Internacional de Surdez em adesivos que servirão para identificar veículos conduzidos por pessoas surdas, vez que se trata de interesse da pessoa com deficiência auditiva.

III. O Símbolo Internacional de Surdez é um cordão de fita com desenho de girassóis.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

14. O conceito de “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”, refere-se a

- a) adaptações razoáveis
- b) acessibilidade
- c) tecnologia assistiva
- d) desenho universal
- e) barreiras

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRT SP

Tiago Zanolla

15. Durante a organização de um evento institucional no TRT-2, o servidor Alan, ocupante de cargo efetivo, negou-se a atender uma solicitação formal da chefia imediata alegando, informalmente, que “a tarefa não era de sua competência” e “que ninguém mandava nele”. O episódio foi presenciado por diversos colegas e gerou atraso no cumprimento de prazos do setor. A chefia reportou o caso à Diretoria-Geral de Administração, que, diante da gravidade ética do episódio, deu início à apuração formal.

Com base nas regras do Código de Ética do TRT da 2ª Região (Ato GP n. 57/2023), é correto afirmar que:

- a) A apuração do caso deverá ser feita exclusivamente pela Corregedoria, independentemente da função exercida por Alan.
- b) O processo de apuração poderá resultar na lavratura de Termo de Ajustamento de Conduta, desde que Alan assuma responsabilidade expressa pelo ato.
- c) A conduta deverá ser informada à Diretoria-Geral, que comunicará o Comitê de Ética e Integridade para providências.
- d) Sendo Alan servidor efetivo, a responsabilidade pela apuração recairá sobre sua chefia imediata, sem necessidade de Comitê.
- e) O caso deverá ser arquivado se Alan apresentar retratação espontânea e informal.

16. A servidora Regina, recém-aprovada em concurso público, foi advertida informalmente por sua chefia por sucessivos atrasos e saídas antecipadas injustificadas. Após reiteradas ausências, sua conduta foi reportada formalmente e apurada pela Diretoria-Geral, que sugeriu ao Comitê de Ética a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Regina aceitou espontaneamente o ajuste, comprometendo-se a compensar as horas e frequentar curso sobre organização funcional.

Sobre o TAC, de acordo com o Código de Ética dos(as) servidores(as) do TRT-2, é correto afirmar:

- a) O TAC poderá ser celebrado mesmo que Regina já tenha celebrado outro termo anterior sobre o mesmo fato.
- b) O TAC não poderá prever metas de desempenho, por ser medida incompatível com princípios éticos.
- c) O descumprimento do TAC será tratado como falta de lealdade à Administração e ensejará apuração disciplinar.
- d) A celebração do TAC é possível apenas se o servidor confessar previamente a infração praticada.
- e) O TAC impede que qualquer eventual responsabilidade civil ou penal venha a ser apurada.

17. Durante auditoria contratual realizada pelo TRT-2, identificou-se que o funcionário terceirizado João, lotado na Seção de Protocolo, desvia-se rotineiramente de suas atribuições, prestando serviços pessoais a uma servidora da ativa em horário de expediente. O fato foi reportado à Diretoria-Geral, que cogitou a possibilidade de celebrar um Termo de Ajustamento de Conduta com João para corrigir a conduta de forma preventiva.

Nessa situação, à luz do Código de Ética dos(as) servidores(as) do TRT da 2ª Região, é correto afirmar:

- a) O TAC poderá ser celebrado com João, desde que o desvio de função não tenha causado prejuízo material.

- b) O TAC poderá ser celebrado com João se houver anuência expressa da contratante.
- c) João não poderá celebrar TAC, pois a norma o exclui expressamente dessa possibilidade.
- d) João poderá ser advertido e permanecer no posto de trabalho, desde que aceite os termos do TAC.
- e) A decisão sobre celebrar ou não o TAC cabe exclusivamente ao Comitê de Ética e Integridade.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

18. Ao utilizar o serviço de Busca, um usuário deseja pesquisar as páginas que contenham exatamente a expressão CONCURSOS EM SP. Para isso, ele deve usar que operador dentre os listados abaixo:

- a) -.
- b) ""
- c) E
- d) OU.
- e) site:

19. No Windows, para acessarmos o Gerenciador de Tarefas, devemos usar que tecla de atalho:

- a) CTRL + SHIFT + T.
- b) CTRL + SHIFT + J.
- c) CTRL + ALT + T.
- d) CTRL + ALT + ESC
- e) CTRL + SHIFT + ESC

20. O ataque que fareja pacotes na rede e que pode ser dos tipos: interno (colocado pelo próprio administrador da rede) ou externo (colocado pelo atacante) é o:

- a) Vírus
- b) Sniffer.
- c) Worm
- d) Spyware.
- e) Backdoor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

21. Em determinado país, foi elaborada uma nova Constituição por uma Assembleia Nacional Constituinte, após um processo democrático e com ampla participação da sociedade civil. A nova Constituição, contudo, apesar de democrática, se apresentava dissonante da realidade sociopolítica, não conseguindo de forma efetiva regulamentar a sociedade, sendo constantemente desrespeitada por práticas políticas contrárias às suas normas e princípios.

Com base na classificação doutrinária das constituições, é correto afirmar que a Constituição do referido país é:

- a) cesarista, pois resultou de um pacto entre a sociedade civil e o governante centralizador.
- b) histórica, pois se desenvolveu a partir dos costumes da sociedade ao longo do tempo.
- c) nominal, pois, apesar de vigente formalmente, não possui força normativa real.
- d) dirigente, por estabelecer metas e objetivos de transformação social.
- e) flexível, já que pode ser facilmente desrespeitada por não ter rigidez formal.

22. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O controle concentrado de constitucionalidade é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal através das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade.
- b) No controle difuso, cabe ao Congresso Nacional suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em decisão com efeitos vinculantes.
- c) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão pode ser proposta para questionar a omissão do Poder Público em relação à implementação de normas constitucionais.
- d) O controle de constitucionalidade preventivo deve ser exercido exclusivamente pelo Presidente da República ao vetar projetos de lei que considere inconstitucional.
- e) No Brasil, qualquer cidadão tem legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

23. Em relação aos direitos, aos deveres e às garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) O direito à educação antes dos 5 anos de idade é direito fundamental condicionado à reserva do possível.
- b) O direito ao esquecimento é direito fundamental implícito no direito à intimidade e à vida privada.
- c) É ilegítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica.
- d) É inconstitucional a cobrança de taxa para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.
- e) A publicação de informações, ainda que falsas, em veículos de comunicação social está assegurada pela liberdade de imprensa.

24. Durante uma audiência pública na Câmara dos Deputados, um especialista em finanças públicas foi questionado sobre o papel do Tribunal de Contas da União (TCU) no controle da Administração Pública federal. Em sua resposta, afirmou que o TCU tem competência para realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, mas que suas decisões têm sempre caráter meramente opinativo, sem força vinculante.

À luz da Constituição Federal, a afirmação do especialista está:

- a) correta, pois o Tribunal de Contas é apenas um órgão auxiliar do Legislativo e não pode exercer função decisória.
- b) correta, pois cabe exclusivamente ao Poder Judiciário julgar contas públicas e aplicar sanções.
- c) incorreta, pois o TCU pode, sim, aplicar sanções administrativas, como multa, e determinar a correção de ilegalidades.
- d) incorreta, pois o TCU exerce controle externo com caráter jurisdicional, substituindo a atuação do Judiciário.
- e) incorreta, pois o TCU apenas opina sobre as contas do Presidente da República, mas não tem competência para julgar as dos demais administradores públicos.

25. Carlos, 40 anos de idade, é advogado com quinze anos de efetiva atividade profissional. Gabriela, 60 anos de idade, é membro do Ministério Público do Trabalho com 30 anos de efetivo exercício. Roberto, 45 anos de idade, é membro do Ministério Público Federal com 20 anos de efetivo exercício. Carlos, Gabriela e Roberto, todos residentes e atuantes no Rio de Janeiro, possuem notável saber jurídico e reputação ilibada. Levando-se em conta apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região poderia vir a ser composto por:

- a) Gabriela e Roberto, apenas.

- b) Carlos e Gabriela, apenas.
- c) Carlos, apenas.
- d) Roberto, apenas.
- e) Carlos, Gabriela e Roberto.

26. Maria e Carlos são vizinhos confrontantes em um bairro residencial e têm problemas frequentes devido ao barulho gerado por uma oficina que Carlos administra em sua propriedade. Sendo uma área predominantemente residencial, Maria está preocupada com a possibilidade de desvalorização do seu imóvel, que é de alto luxo, dada as suas excelentes condições financeiras, além do incômodo diário. Ao conversar com os demais vizinhos, eles informaram que o barulho produzido na oficina não chega a perturbá-los. Decidida a resolver a situação, Maria considera a possibilidade de mover uma ação contra Carlos para cessar as atividades da oficina.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- a) Maria deve procurar um juiz de paz para resolver a questão, pois este tipo de conflito não pode ser judicializado.
- b) Por se tratar de questões relativas à poluição sonora, de interesse difuso, Maria pode recorrer diretamente ao Ministério Público para mover a ação.
- c) Maria precisa de um advogado ou de acesso à Defensoria Pública para ajuizar uma ação de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) por se tratar de interesse privado e em razão da situação pessoal de Maria, ela precisa de um advogado para o ajuizamento da ação, não de um Defensor Público;
- e) por dizer respeito ao direito de propriedade, que tem a natureza de direito fundamental, a ação pode ser ajuizada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

27. Ao receber a notícia de que sediará, no próximo ano, relevantes competições esportivas internacionais de surf, um município na região sul do Brasil optou por instituir, em sua estrutura administrativa, um novo órgão dedicado ao planejamento esportivo. A finalidade é maximizar as vantagens advindas da realização desses eventos.

Nessa perspectiva, a implementação desse novo órgão deve ocorrer mediante um procedimento denominado:

- a) privatização.
- b) concentração administrativa.
- c) descentralização administrativa.
- d) centralização administrativa.
- e) desconcentração administrativa.

28. O ato administrativo configura uma forma específica de atuação no desempenho da função administrativa. Entre suas características fundamentais, destaca-se:

- a) Trata-se de uma manifestação implícita da vontade do Estado, prescindindo de qualquer formalização.
- b) Produz efeitos jurídicos imediatos e encontra-se, de maneira permanente, sujeito à fiscalização exercida pelo Poder Judiciário.
- c) Limita-se ao regime de direito privado, ficando afastado das prerrogativas conferidas à Administração Pública.
- d) Pode ser praticado exclusivamente pelo Poder Executivo, sem a colaboração dos demais Poderes.
- e) Não se vincula à legislação vigente, atuando de forma autônoma.

29. W, presidente do Tribunal Eleitoral Y, desejava, de maneira provisória, ampliar as instalações da sede, com o propósito de elevar a capacidade de prestação jurisdicional. Após breve levantamento, constatou-se que havia diversos imóveis vagos nas proximidades do prédio do Fórum Eleitoral, todos aptos a suprir as demandas administrativas do momento.

Diante dessa situação, foi instaurado um processo administrativo com a finalidade de proceder à locação de um imóvel, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a necessidade da locação mencionada, é correto afirmar que:

- a) será possível a locação direta do imóvel, dispensando-se a licitação, desde que haja avaliação do bem, contemplando seu estado de conservação, os custos de eventuais adaptações e o prazo de amortização dos investimentos a serem realizados;
- b) a locação será possível mediante inexigibilidade de licitação, considerando que o imóvel se destina às finalidades precípuas da administração e a escolha está atrelada às condições específicas de localização e instalação, exigindo compatibilidade de preço com os valores de mercado, conforme avaliação anterior;
- c) a contratação poderá ocorrer mediante dispensa de licitação, uma vez que o imóvel se destina ao atendimento das atividades essenciais da administração, estando a escolha condicionada às necessidades de localização e instalação, desde que o preço esteja compatível com o valor de mercado, conforme avaliação prévia;
- d) a locação deverá ser precedida de licitação, além de avaliação prévia acerca do imóvel, de seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização das melhorias necessárias;
- e) a contratação do imóvel deverá ocorrer exclusivamente por meio de concorrência, após avaliação do bem, análise do estado de conservação, dos custos para adaptações e do prazo de amortização dos investimentos realizados.

30. A empresa 123, constituída sob a forma de sociedade empresarial, atua na extração de matérias-primas e mantém aproximadamente mil trabalhadores, considerando os vínculos diretos e indiretos. Durante a primeira fiscalização promovida pela Administração Pública, em razão de danos ambientais imputados às atividades da companhia, foi determinada a interdição integral de suas instalações comerciais.

Diante desse cenário, a atuação da Administração Pública conflita com o princípio da:

- a) eficiência, em especial o subprincípio da efetividade;
- b) proporcionalidade, em especial o subprincípio da exigibilidade;
- c) razoabilidade, em especial o subprincípio da admissibilidade;
- d) autotutela, em especial o subprincípio da sindicabilidade;
- e) motivação, em especial a teoria dos motivos determinantes.

31. Para operar regularmente suas atividades comerciais, a empresa ABC precisou requerer a licença pertinente junto às autoridades competentes. Essa licença deve ser conferida após o atendimento de todas as exigências previstas na legislação.

Dessa forma, é correto afirmar que essa circunstância caracteriza a manifestação do:

- a) Poder de Polícia;
- b) Poder Hierárquico;
- c) Poder Normativo;
- d) Poder Disciplinar;
- e) Poder Discricionário.

32. A Lei nº 9.784/1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece os princípios e critérios que devem nortear sua condução. Entre esses critérios:

- a) assegura-se o direito à comunicação, à produção de provas, à apresentação de alegações finais e à interposição de recursos, especialmente nos processos que possam resultar em sanções ou envolvam situações de litígio;
- b) a interpretação das normas administrativas deve ser realizada de modo a privilegiar o atendimento ao interesse público, sendo admitida a aplicação retroativa de nova interpretação;
- c) exige-se a adoção de formas complexas, de maneira a proporcionar grau adequado de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;
- d) admite-se a cobrança de despesas processuais, salvo nos casos em que a lei expressamente proíba;
- e) o impulso processual compete exclusivamente aos interessados, sendo vedada a iniciativa de ofício por parte da Administração Pública.

DIREITO DO TRABALHO*Antônio Daud*

33. Um trabalhador exerce suas atividades em contato permanente com agentes nocivos à sua saúde, em grau máximo. Após a realização de perícia técnica, a empresa elimina completamente a insalubridade do ambiente de trabalho.

Considerando as regras celetistas, o entendimento sumulado pelo TST e que o salário-mínimo é de R\$ 1.412,00, assinale a alternativa que menciona o impacto financeiro imediato na remuneração do empregado:

- a) A remuneração permanece inalterada, pois o empregado está protegido em face da redução salarial.
- b) A remuneração é reduzida em R\$ 564,80, correspondente a 40% do salário-mínimo.
- c) A remuneração é reduzida em R\$ 353,00, correspondente a 25% do salário contratual.
- d) A remuneração é reduzida em R\$ 282,40, correspondente a 20% do salário-mínimo.
- e) A remuneração é reduzida em R\$ 141,20, correspondente a 10% do salário-mínimo.

34. Menfis, empregado da empresa Fiel S.A., em comum acordo com seu empregador, decide extinguir o contrato de trabalho. O empregado tem um salário de R\$ 3.000,00 e mais de 3 anos de serviço na empresa. Considerando que o aviso prévio será indenizado, sujeitando-se à duração total de 39 dias, e o saldo do FGTS é de R\$ 5.000,00, assinale a alternativa que menciona o valor total que o empregado receberá nesta rescisão:

- a) R\$ 3.000,00 (metade do aviso prévio) + R\$ 4.000,00 (saque do FGTS) + R\$ 2.000,00 (multa de 40% sobre FGTS)
- b) R\$ 1.500,00 (metade do aviso prévio) + R\$ 4.000,00 (saque do FGTS) + R\$ 500,00 (multa de 10% sobre FGTS)

c) R\$ 1.950,00 (metade do aviso prévio) + R\$ 4.000,00 (saque do FGTS) + R\$ 1.000,00 (multa de 20% sobre FGTS)

d) R\$ 3.900,00 (aviso prévio integral) + R\$ 1.000,00 (multa de 40% sobre FGTS)

e) R\$ 3.000,00 (aviso prévio integral) + R\$ 5.000,00 (saque do FGTS) + R\$ 1.000,00 (multa de 20% sobre FGTS)

35. Em um cenário de reestruturação societária, a empresa Ômega S.A. é incorporada pela empresa Beta Ltda., operando-se a sucessão empresarial. Considerando a legislação trabalhista consolidada e a jurisprudência dominante, assinale a alternativa que corretamente descreve a situação dos empregados da Ômega S.A. após a incorporação:

- a) Os contratos de trabalho dos empregados da Ômega S.A. são automaticamente rescindidos, cabendo à Beta Ltda. apenas a readmissão dos que forem de seu interesse, sem reconhecimento do tempo de serviço anterior.
- b) A Beta Ltda. não possui qualquer responsabilidade sobre os contratos de trabalho da Ômega S.A., uma vez que se trata de outra pessoa jurídica, sendo da Ômega S.A. a responsabilidade exclusiva sobre as obrigações trabalhistas.
- c) Os empregados da Ômega S.A. passam automaticamente a trabalhar para a Beta Ltda., que assume integralmente as responsabilidades trabalhistas pretéritas e futuras, sem que isso afete os direitos adquiridos dos empregados.
- d) Os empregados da Ômega S.A. devem firmar novos contratos de trabalho com a Beta Ltda., sendo garantido o pagamento de indenização correspondente a 40% do FGTS sobre o período trabalhado na empresa anterior.
- e) A Beta Ltda. poderá optar por manter apenas parte dos empregados da Ômega S.A., rescindindo os contratos dos demais e pagando as verbas rescisórias proporcionais ao tempo de serviço prestado a ambas as empresas.

36. Uma empresa, visando modernizar seus processos internos, decide implementar o regime de teletrabalho para parte de seus empregados. Nesse contexto, analise as seguintes afirmações:

- I. O contrato de trabalho dos empregados em regime de teletrabalho deve especificar a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária, bem como eventual reembolso de despesas arcadas pelo empregado.
- II. A empresa é responsável por instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, sendo dispensável a assinatura de termo de responsabilidade pelo empregado.
- III. O comparecimento habitual às dependências do empregador para a realização de atividades específicas descaracteriza o regime de teletrabalho, devendo o contrato ser alterado para a modalidade presencial.

Em face da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- e) As afirmações I, II e III estão corretas.

37. Em uma empresa com 500 empregados, os trabalhadores reivindicam a realização de eleições para a formação de uma comissão de representantes dos empregados, a fim de promover o entendimento direto com o empregador, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) É assegurada a realização da eleição, devendo a comissão ser composta por cinco membros, eleitos pelos empregados em votação secreta, com mandato de dois anos, permitida uma reeleição.
- b) É assegurada a realização da eleição, devendo a comissão ser composta por três membros,

indicados pelo sindicato, com mandato de um ano, permitida a recondução.

- c) É assegurada a realização da eleição, devendo a comissão ser composta por cinco membros, eleitos pelos empregados em votação secreta, com mandato de um ano, permitida uma reeleição.
- d) Não é assegurada a realização da eleição, sendo a formação da comissão de representantes dos empregados uma faculdade, a ser decidida em conjunto com o sindicato.
- e) É assegurada a realização da eleição, devendo a comissão ser composta por três membros, eleitos pelos empregados em votação secreta, com mandato de um ano, não sendo permitida reeleição para o mandato subsequente.

38. Em relação ao contrato de aprendizagem, assinale a alternativa correta:

- a) O contrato de aprendizagem pode ser estipulado por prazo indeterminado, visando garantir a continuidade da formação profissional do aprendiz.
- b) A idade máxima para a contratação de aprendizes é de 24 anos, não se aplicando essa limitação aos aprendizes portadores de deficiência, desde que comprovada a impossibilidade de conclusão do ensino médio.
- c) O contrato de aprendizagem pode ser rescindido, por iniciativa do empregador, em caso de desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, mesmo que este seja portador de deficiência e desprovido de recursos de acessibilidade e apoio necessários.
- d) A contratação de aprendizes é obrigatória para estabelecimentos de qualquer natureza, inclusive por entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional.
- e) A duração do trabalho do aprendiz não poderá exceder de seis horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação de jornada, exceto quando o aprendiz já tiver concluído o ensino fundamental, caso em que o limite poderá ser de até oito horas diárias.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO*Bruno KlippeI*

39. Quanto ao processo judiciário do trabalho, é correto afirmar:

- a) Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as regras da CLT.
- b) O direito processual comum é fonte primária, sendo aplicadas as normas processuais contidas na CLT de forma subsidiária.
- c) Havendo omissão da CLT sempre serão aplicadas as regras do direito processual comum como fonte subsidiária.
- d) Aplicam-se apenas as regras contidas na CLT, não podendo ser aplicada norma prevista no direito processual comum.
- e) A CLT não possui regras processuais próprias, razão pela qual são aplicadas normas do direito processual comum.

40. Conforme normas legais que regulam a matéria, a competência da Justiça do Trabalho EXCLUI a análise e julgamento de ações

- a) sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- b) oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- d) de indenizações por danos morais e também danos materiais ou patrimoniais, decorrentes da relação de trabalho.
- e) penais para apuração de crimes contra a organização do trabalho, incluindo trabalho escravo e trabalho infantil irregular.

41. De acordo com o entendimento pacífico da jurisprudência do TST,

- a) inexiste previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte à audiência.
- b) pessoa jurídica de direito público não se sujeita à revelia.
- c) a reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, salvo se presente seu advogado munido de procuração específica.
- d) diante da gravidade do ato, a revelia da reclamada não pode ser ilidida.
- e) a revelia produz confissão na ação rescisória.

42. O seguinte comando do Código de Processo Civil é considerado INCOMPATÍVEL com o Processo do Trabalho, de acordo com entendimento sumulado pelo TST:

- a) Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos, tendo em conta a complexidade da causa.
- b) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- c) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- d) Não havendo preceito legal nem assinalação pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- e) Decorrido o prazo, extinguir-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.

43. Jones da Silva após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Jones sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,

- a) o advogado de Jones fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.
- b) o reclamante Jones poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.
- c) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.
- d) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.
- e) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.

44. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Na reclamação trabalhista Z o valor da causa é R\$ 15.000,00 e as partes são Carolina e o Município S.
- II. Na reclamação trabalhista Q o valor da causa é R\$ 30.000,00 e as partes são Felícia e a empresa privada W.
- III. Na reclamação trabalhista S o valor da causa é R\$ 32.000,00 e as partes são Ana Clara e fundação pública Q.
- IV. Na reclamação trabalhista W o valor da causa é R\$ 35.000,00 e as partes são Marcela e autarquia municipal L.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, NÃO estão submetidas ao procedimento sumaríssimo APENAS

- a) as reclamações trabalhistas III e IV.
- b) a reclamação trabalhista I.
- c) a reclamação trabalhista II.
- d) as reclamações trabalhistas II e III.
- e) as reclamações trabalhistas I, III e IV.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

45. As pessoas possuem direitos da personalidade que constam na Constituição Federal, no Código Civil e em outras legislações. A respeito dessa temática, marque a opção que está correta:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, porém o seu exercício pode sofrer limitação voluntária.
- b) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção apenas o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.
- c) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, sendo admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial e é válida, com objetivo científico, comercial ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- d) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, sendo que o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- e) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial e o pseudônimo adotado para quaisquer atividades goza da mesma proteção que se dá ao nome.

46. A respeito de uma importante classificação dos bens em móveis e imóveis, analise cada alternativa apresentada abaixo e marque a única que está de acordo com a legislação em vigor:

- a) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta, ainda que composta apenas por bens móveis.
- b) Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local; já os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem perdem o caráter de imóveis.
- c) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, ainda que com alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- d) Consideram-se móveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico; os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes; e os direitos reais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- e) Os materiais destinados a alguma construção, mesmo depois de empregados, conservam sua qualidade de móveis e mantém essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.

47. A desconsideração da personalidade jurídica é um instituto legal previsto no Código Civil, de acordo com as características desse tema, marque a opção correta:

- a) A desconsideração pode ser decretada de ofício pelo juiz, nos casos previstos na legislação.
- b) A desconsideração é aplicável para alcançar bens dos sócios, administradores e terceiros beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
- c) A desconsideração decorre do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- d) Constitui desvio de finalidade, para fins de desconsideração, a expansão ou a alteração significativa da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- e) A existência de grupo econômico, por si só, autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

48. Sobre o assunto a respeito da extinção dos contratos, marque a incorreta:

- a) Nos contratos em geral, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
- b) Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.
- c) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.
- d) Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva.
- e) A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial e a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.

49. São diversos os tipos de contratos previstos na legislação, especificamente sobre a compra e venda, assinale a opção que está de acordo com a lei:

- a) É nula no contrato de compra e venda, a cláusula em que se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- b) A compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordarem no objeto e no preço e após a tradição da coisa.

- c) A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar. Se o terceiro não aceitar a incumbência, a decisão será do juiz, salvo quando acordarem os contratantes designar outra pessoa.
- d) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição, o vendedor nunca é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
- e) Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro, admitindo-se que tenha por objeto coisa atual ou futura, neste caso, ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

50. Em relação à alienação por leilão judicial,

- a) Terá preferência em relação à adjudicação.
- b) Terá preferência em relação à alienação por iniciativa particular.
- c) Não sendo possível a sua realização por meio presencial, o leilão será eletrônico.
- d) A publicação do edital deverá ocorrer pelo menos 2 (dois) dias antes da data marcada para o leilão.
- e) Caberá ao juiz a designação do leiloeiro público, que poderá ser indicado pelo exequente.

51. Acolhido o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução

- a) Será nula em relação ao exequente e a terceiros.
- b) Será ineficaz em relação ao exequente.
- c) Será nula apenas em relação ao exequente.
- d) Poderá ser nula ou ineficaz em relação ao exequente, a depender da hipótese.
- e) Será válida, mas caberá a responsabilidade do terceiro adquirente.

52. De acordo com o Código de Processo Civil, haverá impedimento do juiz:

- a) quando promover ação contra a parte ou seu advogado.
- b) quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- c) interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
- d) que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo.
- e) que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio.

53. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito dos prazos processuais

- a) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- b) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- c) A contagem do prazo terá início no dia da publicação.
- d) Em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos a que está submetido.
- e) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações em autos eletrônicos.

54. Pedro, em situação que a urgência é contemporânea à propositura da ação, pretende pleitear tutela provisória com o recebimento imediato de medicamento raro, limitando-se ao requerimento do medicamento e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. Nesse caso, o instrumento mais adequado a ser utilizado por Pedro será:

- a) Procedimento de tutela de evidência requerido em caráter antecedente.
- b) Procedimento de tutela antecipada requerida em caráter antecedente.
- c) Procedimento de tutela cautelar requerida em caráter antecedente.
- d) Pedido de tutela antecipada requerida em caráter incidental.
- e) Pedido de tutela cautelar requerida em caráter incidental.

55. Acerca das provas, considere:

- I – O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
- II – A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, independentemente de determinação judicial.
- III – O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- IV – Os fatos notórios não dependem de prova.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) I e III.
- e) I, III e IV.

mental ou deficiência grave, sendo equiparado aos filhos os menores tutelados, enteados e o menor sob guarda; os pais; e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

- c) Cônjuge, companheira e filhos, mesmo emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, sendo equiparado aos filhos os menores tutelados e enteados; os pais; e o irmão mesmo emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- d) Cônjuge, companheira e filhos, não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave ou estudante universitário até 24 anos, sendo equiparado aos filhos os menores tutelados, enteados e o menor sob guarda; os pais; e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

- e) Cônjuge, companheira e filhos, emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, sendo equiparado aos filhos os menores tutelados e enteados; os pais; e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Lilian Novakoski***56.** Conforme a Lei 8.213/1991, são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

- a) Cônjuge, companheira e filhos, não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, sendo equiparado aos filhos os menores tutelados e enteados; os pais; e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- b) Cônjuge, companheira e filhos, não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou

57. O regime de previdência complementar, disciplinado pela Constituição Federal e por legislação infraconstitucional específica, apresenta características próprias que o distinguem do regime geral de previdência. Acerca de suas disposições normativas, assinale a alternativa correta:

- a) As entidades abertas de previdência complementar são restritas aos servidores públicos efetivos da União, Estados e Municípios, com caráter contributivo obrigatório.
- b) A adesão a plano de previdência complementar é compulsória para todos os servidores ocupantes de cargos efetivos, conforme previsto na Constituição.
- c) As entidades fechadas de previdência complementar são acessíveis ao público em geral, desde que observadas regras de adesão estabelecidas pela Previc.
- d) O regime de previdência complementar possui caráter contributivo, baseado na formação de reservas que garantam o pagamento dos benefícios contratados.
- e) Os planos de previdência complementar instituídos por entes públicos seguem regime financeiro de repartição simples, semelhante ao Regime Geral de Previdência Social.

58. No Regime Geral de Previdência Social, o salário de contribuição representa a base de cálculo para as contribuições dos segurados. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- a) O salário de contribuição do segurado facultativo corresponde à média aritmética dos salários-mínimos vigentes nos 12 meses anteriores.
- b) Para o empregado, o salário de contribuição é composto pela remuneração efetivamente paga ou devida no mês, incluindo gorjetas e adicionais legais.
- c) O segurado especial contribui obrigatoriamente sobre o salário-mínimo, independentemente de comercializar sua produção.

d) Para o contribuinte individual, o salário de contribuição é fixado pelo INSS, com base em sua faixa etária e tempo de filiação.

e) Os valores recebidos a título de aviso prévio indenizado e férias indenizadas integram o salário de contribuição.

59. Em relação ao benefício por incapacidade temporária, de acordo com a legislação previdenciária atual, assinale a alternativa correta:

- a) O benefício pode ser concedido a segurado desempregado, desde que ainda esteja no período de graça.
- b) A carência mínima para o benefício é de 24 contribuições mensais.
- c) O pagamento do benefício é de responsabilidade exclusiva da empresa, nos primeiros 30 dias de afastamento.
- d) O benefício será automaticamente convertido em aposentadoria por invalidez após 6 meses de concessão.
- e) O auxílio por incapacidade temporária pode ser acumulado com aposentadoria por idade, caso o segurado permaneça contribuindo para o RGPS após a aposentadoria.

60. Joseíno é aposentado por idade no RGPS e recebe um salário-mínimo de benefício. Para ganhar um dinheiro extra, acabou se envolvendo em alguns crimes que culminaram com sua prisão. Nesta hipótese, é correto afirmar:

- a) Como **Joseíno** recebe um salário-mínimo, seus dependentes tem direito ao benefício do auxílio-reclusão, por ser José considerado segurado de baixa renda.
- b) Para que os dependentes de **Joseíno** recebam o benefício do auxílio-reclusão, é necessária a apresentação pelos dependentes de declaração trimestral.
- c) Os dependentes de **Joseíno** não tem direito ao auxílio-reclusão, pois este benefício não poderá ser concedido se o segurado receber aposentadoria.
- d) Os dependentes de **Joseíno** não tem direito ao auxílio-reclusão, pois José não é considerado segurado de baixa renda.
- e) Para a concessão do benefício do auxílio reclusão, se faz necessária a comprovação da carência de 12 contribuições.

Discursiva

Nos últimos anos, têm crescido os debates sobre o uso de tecnologias digitais nos processos trabalhistas, sobretudo com o avanço da digitalização do Judiciário e a expansão do teletrabalho. A Justiça do Trabalho tem sido desafiada a garantir a efetividade dos direitos sociais dos trabalhadores em um cenário de rápidas transformações, que envolvem desde a proteção de dados até a dificuldade de aferição de jornada em ambientes virtuais.

Além disso, o uso de plataformas digitais para contratação e controle de mão de obra, como no caso dos aplicativos de transporte e entrega, evidencia novas formas de organização do trabalho, muitas vezes sem vínculo formal reconhecido, o que impõe à Justiça do Trabalho a missão de conciliar inovação e justiça social.

Conforme destaca o relatório Justiça em Números 2023, elaborado pelo CNJ, mais de 90% dos processos que ingressam na Justiça do Trabalho já tramitam de forma eletrônica, e os tribunais vêm ampliando a adoção de ferramentas de inteligência artificial, videoconferência e gestão automatizada de dados.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

OS DESAFIOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>